manchete

Público

04-05-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Justica
Dimensão: 287 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 21

Há medidas para tribunais adiadas para Setembro

Modernização

Ana Henriques

A medida mais emblemática foi por diante: desde o final de Novembro passado que os portugueses podem consultar os seus processos em tribunal à distância, por via electrónica. Das iniciativas destinadas à agilização da justiça que já foram por diante faz ainda parte a tramitação electrónica dos processos judiciais nos tribunais superiores, como já há muito sucedia nos de primeira instância.

Mas o Ministério da Justiça adiou por precaução para dia 11 de Setembro várias outras medidas, não fosse o sistema informático em que assenta a justiça "crashar", como já sucedeu em 2014. Acontecerá assim com a possibilidade de os advogados enviarem para os tribunais documentos electrónicos em formato multimédia (vídeo, áudio e fotos), bem como com a consulta, pelos cidadãos, dos seus processos nos computadores dos próprios tribunais, dispensando os mecanismos de validação requeridos pelo cartão do cidadão.

São tudo medidas que deviam ter entrado em vigor a dia 2 de Abril. Mas o ministério temeu que o seu impacto, conjugado com o da alteração do mapa judiciário e com outras transformações em curso pudesse dar mau resultado. "Encontram-se em fase piloto, e com expansão a nível nacional prevista até Julho, algumas medidas no âmbito no sistema de informação de suporte à actividade dos tribunais cujo impacto é significativo, como os novos interfaces para juízes e procuradores ou as novas funcionalidades de organização do trabalho das secretarias", justifica uma portaria da Secretaria de Estado da Justiça. "Entende-se preferível, por uma questão de cautela, e não sendo absolutamente urgente a entrada em vigor das alterações previstas, o adiamento para 11 de Setembro." Assim, este capítulo da modernização da justiça será implementado "sem percalços", "permitindo aos profissionais forenses um período mais alargado de adaptação" às novidades.

Entre Maio de 2017 e Março deste ano foram consultados pelos cidadãos mais de 27 mil processos, na maioria das vezes em dias e a horas a que tribunais são fechados.

ana.henriques@publico.pt